

Elementos para uma abordagem das dimensões esquemática e emergente do discurso¹

Elements for an approach to the schematic and emergent dimensions of discourse

Gustavo Ximenes Cunha *

RESUMO: Este artigo apresenta apontamentos para uma abordagem que situe, em um quadro teórico unificado, as noções de gêneros do discurso, contexto, tipos de discurso e sequências discursivas. Adotando uma perspectiva sócio interacionista dos estudos da linguagem e buscando contribuições do Modelo de Análise Modular do Discurso, partimos da hipótese de que, ao longo de uma interação, duas ordens de restrições regulam a maneira como os interactantes elaboram suas produções discursivas. A primeira é de ordem esquemática e diz respeito às expectativas de natureza sócio-histórica que nos fazem saber como agir por meio da linguagem. A segunda ordem de restrições é emergente e corresponde aos parâmetros contextuais que exercem papel sobre as ações languageiras de fato realizadas. Tomando como base empírica de nossa exposição o tipo narrativo do gênero reportagem e a forma como esse tipo se manifesta em uma sequência narrativa específica, buscamos mostrar que, no curso de uma interação, as dimensões esquemática e emergente do discurso são constante e dinamicamente confrontadas pelos interactantes.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros do discurso. Contexto. Tipos de discurso. Sequências discursivas.

ABSTRACT: This article aims to situate, in a theoretical framework, these notions: discourse genres, context, types of discourse and discursive sequences. The paper adopts a socio-interactionist perspective of language studies and seeks contributions from the Modular Approach to Discourse Analysis. We start from the hypothesis that, throughout an interaction, two orders of restrictions regulate the way in which the interactants elaborate their discursive productions. The first has a schematic nature and concerns the expectations of socio-historical order that inform how we should act through language. The second order of constraints is emergent and corresponds to the contextual parameters that influence the linguistic actions performed. We take as the empirical basis of our exposition the narrative type of the reporting genre and how this type occurs in a specific narrative sequence. Studying this type, we show that, in the course of an interaction, the schematic and emergent dimensions of discourse are constantly and dynamically confronted by the interlocutors.

KEYWORDS: Discourse genres. Context. Types of discourse. Discursive sequences.

¹ Este trabalho sintetiza e reformula parte dos resultados expostos em Cunha (2013). A realização da pesquisa contou com apoio do CNPq.

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG.

1. Introdução

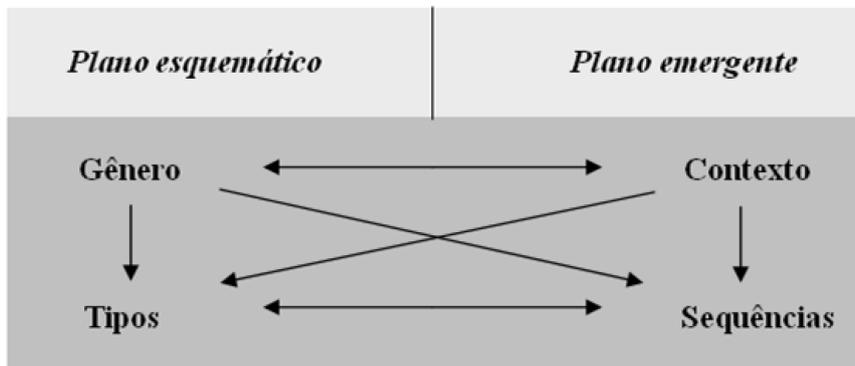
Este artigo, que condensa os resultados da pesquisa detalhadamente exposta em Cunha (2013), apresenta apontamentos para uma abordagem que situe, umas em relação às outras e em um mesmo quadro teórico, as noções de gêneros do discurso, contexto, tipos de discurso e sequências discursivas. Por se tratar de noções que buscam apreender aspectos complexos envolvidos na produção e na compreensão de discursos orais e escritos e das quais diferentes abordagens têm se apropriado nas últimas décadas, consideramos pertinente (re)pensar o papel dessas noções num quadro teórico unificado. Conscientes dos debates teóricos e metodológicos e das flutuações terminológicas que cercam essas noções (cf. MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005), nosso trabalho consiste menos em propor novas definições para as noções mencionadas e mais em articular essas noções, concebendo-as como componentes essenciais das dimensões esquemática e emergente do discurso.

Como será exposto ao longo deste artigo, partimos da hipótese de que, no curso de uma interação, os interactantes elaboram suas produções discursivas submetidos a duas ordens de restrições. A primeira (esquemática) diz respeito às expectativas de natureza sócio-histórica que nos fazem saber como agir por meio da linguagem. A segunda ordem de restrições (emergente) corresponde aos parâmetros do contexto em que a interação efetivamente ocorre e que exercem papel sobre as ações languageiras efetivamente realizadas. Buscando compreender como a interação se desenvolve sob o impacto dessas duas formas de restrições, esta proposta concebe, de um lado, os gêneros do discurso e os tipos de discurso como noções propícias ao estudo da dimensão esquemática do discurso e, de outro, o contexto e a sequências discursivas como noções propícias ao estudo de sua dimensão emergente.

Nossa proposta consiste, assim, em buscar uma alternativa tanto para abordagens essencialmente deterministas, que concebem os gêneros e os tipos de discurso como planos rígidos de ação e construção do discurso, quanto para abordagens focadas nas ações efetivamente realizadas pelos interactantes, para quais o contexto e a produção de sequências discursivas particulares são fenômenos pouco regulados por expectativas de natureza sócio-histórica (cf. FILLIETTAZ, 2003). Tanto em uma vertente quanto em outra, os pesquisadores encontram impasses que, do nosso ponto de vista, apenas uma abordagem que articule de modo dialético essas duas dimensões podem resolver. Vale esclarecer que nossa proposta se insere na vertente sócio interacionista dos estudos da linguagem, beneficiando-se, sobretudo, de proposições teóricas desenvolvidas pelo Modelo de Análise Modular do Discurso (ROULET;

FILLIETTAZ; GROBET, 2001)². Para orientar a discussão, partiremos do seguinte esquema que, em linhas gerais, sintetiza nossa proposta.

Figura 1 — Esquema das relações entre as dimensões esquemática e emergente.



Fonte: Cunha (2013, p. 148).

Como exposto no esquema, um tipo (narração, descrição, argumentação) deve ser entendido como um conjunto de expectativas sobre como tipicamente se narra, descreve, argumenta em determinado gênero, que, por sua vez, deve ser entendido como um conjunto de expectativas sobre como tipicamente se age por meio da linguagem em determinada situação. Esse par de noções (gêneros e tipos) diz respeito a recursos esquemáticos que orientam (e não determinam) nossas ações (CUNHA, 2013).

Mas a produção de uma dada sequência discursiva, entendida esta como a atualização das expectativas relativas ao tipo em um segmento de uma produção discursiva (FILLIETTAZ, 1999), ocorre em função de um contexto particular, que obriga o agente responsável por sua elaboração a passar suas expectativas sobre o gênero e seus tipos por processos constantes de acomodação contextual. Nesse sentido, a composição de uma sequência particular resulta de um confronto entre as expectativas genéricas e os parâmetros contextuais, sendo a atualização de um tipo de discurso dependente da relação interpessoal que os interactantes estabelecem em contexto (CUNHA, 2013). Dessa forma, defendemos ser impossível estabelecer uma oposição rígida entre os planos esquemático e emergente das produções discursivas, o que, no esquema, é representado pelas setas duplas.

² Apresentações detalhadas do Modelo de Análise Modular do Discurso encontram-se em Roulet (1999), Roulet, Fillietaz, Grobet (2001), Marinho (2004). Para uma apresentação ampla da abordagem interacionista nos estudos da linguagem, cf. Kerbrat-Orecchioni (1992, cap. 1).

Este artigo, que consiste em uma exposição dessa proposta, aborda, num primeiro momento, a dimensão esquemática do discurso, definindo as noções de gêneros do discurso e tipos de discurso e mostrando, com base no tipo narrativo da reportagem, que as noções de gênero e tipo são fortemente imbricadas. Em seguida, trata da dimensão emergente do discurso, definindo o contexto e mostrando como a produção de uma sequência narrativa extraída de uma reportagem resulta do confronto mencionado entre os planos ou dimensões esquemática e emergente do discurso.

2. A dimensão esquemática do discurso: gêneros do discurso e tipos de discurso

Neste item, que retoma, em grandes linhas, a argumentação exposta em Cunha (2013, 2015), procuramos definir a dimensão esquemática do discurso, apontando as relações entre as noções de gêneros do discurso e tipos de discurso. Por dimensão esquemática, entendemos o conjunto de expectativas de natureza referencial que orientam nossas ações languageiras e não languageiras. Baseando-nos em Filliettaz (2000), consideramos que gêneros e tipos constituem parte dessas expectativas de natureza referencial que orientam nossas ações languageiras.

Como observa Cunha (2013), tornou-se consensual, nos estudos da linguagem, a hipótese de que os gêneros do discurso são formas relativamente estáveis de enunciados sócio historicamente constituídos (BAKHTIN, 2003), ao passo que os tipos de discurso são sequências com características linguísticas e/ou discursivas bem definidas, que entram na composição de exemplares de todos os gêneros.

Como decorrência dessa hipótese geral, os gêneros (notícia, poema, romance, canção, bula de remédio, reportagem, debate etc.) são concebidos como entidades que surgem e se constituem atreladas às necessidades históricas e sociais e que, por isso, dizem respeito a “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” (MARCUSCHI, 2008, p. 156). Por seu turno, os tipos (narração, descrição, argumentação, explicação, injunção), concebidos como sequências com características linguísticas e/ou referenciais típicas e bem conhecidas, corresponderiam a entidades universais, transversais em relação aos gêneros e pouco dinâmicas, que, por isso mesmo, apresentariam, em maior ou em menor grau, as mesmas propriedades em quaisquer produções discursivas (CUNHA, 2013, 2015).

Porém, não se argumenta da mesma maneira em um artigo de opinião, em uma entrevista de emprego e em uma reunião de condomínio, assim como a narrativa presente nas notícias de

hoje é diferente da narrativa presente nas notícias do início do século XX (PESSOA, 2007). Essas diferenças parecem se dever menos à vontade do produtor do discurso de elaborar uma sequência mais ou menos semelhante a um tipo argumentativo ou narrativo universalmente compartilhado e mais a um processo sócio-histórico que leva o agente a saber que há maneiras típicas de argumentar e narrar em cada gênero.

Ao reduzir o problema das diferenças entre as sequências pertencentes a exemplares de gêneros diversos a uma questão de maior ou menor semelhança com um tipo abstrato, as abordagens para as quais essas noções são relevantes deixam à margem o problema de como o gênero influencia a constituição dos tipos sequenciais que participam de sua composição. Quando a questão da influência do gênero sobre os tipos é abordada, faz-se referência apenas à dominância sequencial, ou seja, ao tipo de sequência (narrativo, descritivo, argumentativo) que predomina em um ou outro gênero ou à forma como as sequências tipicamente se articulam nas produções discursivas pertencentes a um gênero (CUNHA, 2013, 2015). Não se explicam, portanto, as diferenças que reconhecemos entre o modo típico de narrar, descrever ou argumentar em diferentes gêneros³.

Para superar a noção de tipo como uma sequência prototípica que se constituiria independentemente das práticas sociais, consideramos pertinente levantar a hipótese de que as noções de gênero e de tipo são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos específicos (CUNHA, 2013). Para sustentar essa hipótese, apoiamo-nos em Filliettaz (2000, 2006), para quem as noções de gênero e tipo constituem recursos esquemáticos de natureza referencial.

Para o autor, os gêneros são o componente sócio-histórico das produções discursivas: “os discursos não emergem do nada e não fazem o objeto de uma (re)invenção perpétua, mas repousam sobre *gêneros* e modelos intertextuais sócio-historicamente constituídos” (FILLIETTAZ, 2006, p. 75). Nesse sentido, os gêneros dizem respeito a conhecimentos compartilhados pelos membros de uma coletividade, conhecimentos que atuam como os princípios que organizam uma atividade social. Em outros termos, os gêneros podem ser entendidos como representações esquemáticas socialmente partilhadas sobre as condições de produção dos discursos ou sobre o mundo em que o discurso se insere.

Nessa mesma perspectiva referencial, os tipos de discurso também fazem parte do componente sócio-histórico das produções discursivas e podem ser entendidos como uma

³ Para uma crítica aprofundada sobre a ausência, nos estudos atuais do texto e do discurso, de uma discussão teórica acerca das relações entre gêneros e tipos, cf. Cunha (2013, 2015).

representação tipificada sobre como habitualmente é construída a narração, a descrição ou a argumentação em determinado gênero. Assim, os tipos se constituem em função do gênero do discurso em que são mobilizados.

Por exemplo, no gênero resenha acadêmica, o tipo argumentativo corresponde a uma representação sobre as propriedades referenciais típicas da argumentação nesse gênero e não em quaisquer gêneros. Seria, portanto, uma representação sobre a forma como os resenhistas habitualmente selecionam e articulam premissas, provas, teses, argumentos nas sequências argumentativas de resenhas, representação que não se assemelha ou se assemelha pouco ao tipo argumentativo da propaganda ou do bate-papo, por exemplo. Dessa forma, estudar um tipo de discurso implica não a definição do que seria a narração, a descrição ou a argumentação como entidades abstratas, descontextualizadas e transversais a todo e qualquer gênero, mas sim a análise de como determinado gênero impacta a constituição das representações referenciais que constituem a maneira como tipicamente se narra, argumenta ou descreve nesse gênero. Para ilustrar de maneira mais concreta as proposições feitas neste item, vamos propor no próximo uma definição do tipo narrativo do gênero reportagem.

3. Caracterização do tipo narrativo da reportagem⁴

Coerentes com a proposta segundo a qual os tipos são noções subordinadas aos gêneros e não transversais em relação a eles, apresentaremos, primeiro, uma definição do gênero reportagem, para só em seguida definirmos seu tipo narrativo.

Entendidos os gêneros como representações esquemáticas socialmente partilhadas sobre as condições de produção dos discursos, a representação do gênero reportagem impressa deve se compor de algumas propriedades típicas do mundo em que as reportagens se inserem. Dessa forma, toda reportagem impressa materializa um diálogo entre duas instâncias, um autor e um leitor. Essas instâncias assumem, respectivamente, os status sociais institucionalmente definidos de jornalista e de cidadão. O status social do autor é o de jornalista, porque, segundo Charaudeau (2006, p. 73), no discurso midiático o jornalista “não é o único ator, mas constitui a figura mais importante”. Afinal, é a essa instância que se atribui a enunciação aparentemente homogênea do discurso midiático. Quanto ao leitor, seu status é o de cidadão, porque, como as questões e os acontecimentos abordados nas reportagens interessam à coletividade, o jornalista

⁴ A caracterização exposta neste item reproduz de forma abreviada a pesquisa relatada em Cunha (2013, cap. 5, 2015).

se dirige a uma figura de leitor que considera que as instituições públicas e privadas devem estar a serviço da construção de uma sociedade (coletividade) democrática (WOLTON, 2004).

A participação desses agentes em uma dada atividade (produzir/ler uma reportagem) se justifica por meio de finalidades ou visadas específicas (CHARAUDEAU, 2004). Enquanto o jornalista busca informar e captar o leitor, satisfazendo suas exigências de credibilidade e de atualidade, o leitor busca informar-se, consumir um produto comercial e validar suas exigências de credibilidade e de atualidade (BURGER, 1999; CHARAUDEAU, 2006).

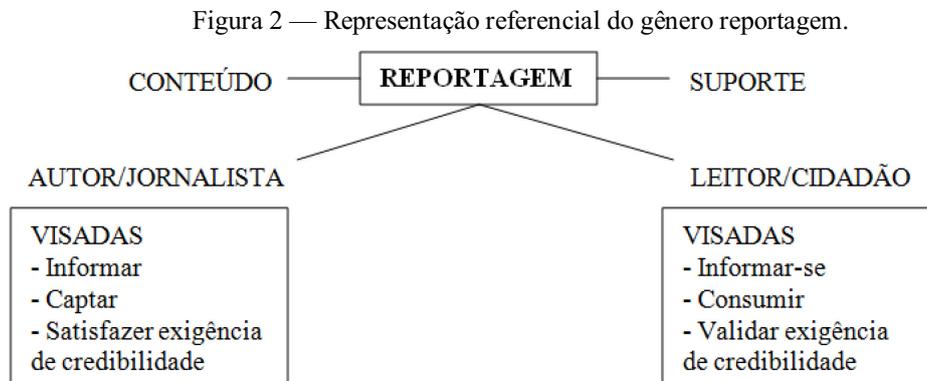
No caso do jornalista, que é quem produz o discurso, a busca por informar o leitor sobre fatos da atualidade leva-o a apresentar uma informação que seja importante o suficiente para merecer a atenção do leitor, ou seja, que chame a atenção do cidadão (status social), o qual espera, por meio do gênero reportagem, ser informado (alertado) sobre problemáticas atuais relativas ao espaço público (BURGER, 2004; CHARAUDEAU, 2006).

O jornalista precisa, ainda, satisfazer as exigências de credibilidade do leitor, legitimando os fatos por meio da apresentação de fontes, da avaliação de terceiros (especialistas, autoridades, documentos oficiais), de dados numéricos, do confronto de diferentes pontos de vista etc., para criar um efeito de objetividade.

Ao mesmo tempo, o jornalista precisa tentar captar o leitor na busca por garantir a fidelidade de um público consumidor, tendo em vista a concorrência comercial entre as empresas de comunicação (BURGER, 1999; GROSSE, 2001). Para atender a essa visada de captação, ele pode se valer de estratégias de espetacularização da informação, como ironias e avaliações feitas por si mesmo (CHARAUDEAU, 2006), de estratégias que auxiliem na compreensão do discurso, como títulos e subtítulos sumarizadores (VAN DIJK, 1992), ou ainda de estratégias que o ajudem a preservar a face do leitor, como ausência de ataques que possam ferir sua ética, suas crenças e seu comportamento (BURGER, 1999, 2002).

Na atividade que define a reportagem, realiza-se ainda uma seleção dos conteúdos comumente mobilizados pelos agentes. Esses conteúdos são mais ou menos estáveis e costumam ser indicados pelas diferentes rubricas ou cadernos de um jornal ou revista: política, cotidiano, esporte, cultura etc. E, tendo em vista o status de cidadão assumido pelo leitor, interessam não a indivíduos isolados, mas a parcelas mais amplas da população. Além disso, a veiculação de qualquer reportagem impressa está associada a um suporte, ou seja, a um local físico de fixação e circulação da produção discursiva (jornal, revista) (MARCUSCHI, 2003).

Esse conjunto de informações acerca do gênero reportagem pode ser visualizado nesta representação, que reformula a apresentada em Cunha (2015, p. 35).



Fonte: elaboração própria.

Tal como definida, essa representação genérica constitui o produto sócio-histórico de condutas sociais efetivas, que, por isso, formam um conjunto de conhecimentos com o qual é possível definir o gênero reportagem. Conforme Filliettaz (no prelo, p. 08), representações como a que propusemos “são o produto da avaliação de atos anteriores, resultam de uma lógica de generalização e constituem para os indivíduos recursos para se orientar em situações presentes ou futuras”. Nesse sentido, essa representação revela a existência de uma rotina profissional ligada ao mundo em que se elabora uma reportagem, mostrando, assim, que o autor de uma reportagem age no interior de um quadro de “restrições situacionais” (CHARAUDEAU, 2004, p. 28).

Diferentes estudos apontam o impacto de um gênero sobre o mundo representado no discurso, bem como sobre os recursos textual-discursivos empregados em sua representação, evidenciando que “os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas” (MARCUSCHI, 2008, p. 156). Nessa perspectiva, o gênero reportagem, enquanto quadro de restrições situacionais, exerce impacto sobre a maneira como os jornalistas narram e, portanto, propicia a constituição de um tipo narrativo próprio desse gênero. Esse tipo se constitui de uma

representação esquemática composta destes episódios: *sumário*, *estágio inicial*, *complicação*, *avaliação*, *resolução* e *estágio final*⁵.

Sumário: em uma sequência narrativa típica da reportagem, o jornalista costuma antecipar um aspecto do fato que será apresentado, a fim de facilitar sua compreensão pelo leitor e/ou despertar no leitor curiosidade sobre o restante da narrativa.

Estágio inicial: em seguida, o jornalista mostra ao leitor que os fatos que serão abordados se produziram num local e num tempo definidos e envolveram figuras reais do espaço público.

Complicação: depois, o jornalista costuma apresentar o fato que motivou a escrita da sequência narrativa. Como os fatos abordados em reportagens costumam ocorrer no espaço público, eles têm o potencial de despertar a atenção do leitor, já que afetam uma parcela dos cidadãos.

Avaliação: após a *complicação*, o jornalista pode apresentar um comentário sobre a informação expressa geralmente no episódio anterior. Esse comentário pode ser realizado por terceiros (um especialista, por exemplo) ou pelo próprio jornalista.

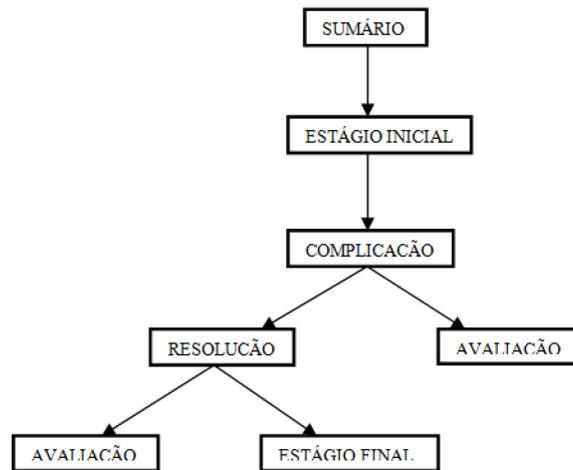
Resolução: em seguida, o jornalista costuma apresentar o resultado previsto ou imprevisto do fato expresso na *complicação*.

Estágio final: por fim, o jornalista pode informar ao leitor a consequência direta da *resolução*. Essa consequência pode ser a atitude mais recente tomada por uma figura pública ou pode ser o estado resultante da *resolução* (como tudo ficou ou está após a *resolução*).

Esquematizamos os episódios do tipo narrativo da reportagem na seguinte representação.

⁵ A caracterização que apresentamos do tipo narrativo da reportagem se pautou na percepção de elementos recorrentes em um *corpus* de sequências narrativas. Esse *corpus* se constitui de 129 sequências extraídas de dezesseis reportagens publicadas em janeiro de 2010 nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Essa caracterização está detalhadamente exposta em Cunha (2013, cap. 5, 2015).

Figura 3 — Representação referencial do tipo narrativo da reportagem.



Fonte: Cunha (2015, p. 41).

Ao contrário da cadeia culminativa de acontecimentos proposta por Filliettaz (1999, ROULET; FILLETTAZ; GROBET, 2001) ou do protótipo da sequência narrativa de Adam (1992, 2008), essa representação não é universal, pois busca dar conta do percurso típico realizado na elaboração das sequências narrativas pertencentes apenas ao gênero reportagem e, portanto, está profundamente atrelada às suas visadas e às suas instâncias enunciativas. Nesse sentido, ela constitui um recurso referencial de que o jornalista lança mão sempre que precisa produzir os segmentos narrativos de uma reportagem e não se aplica, portanto, à análise de sequências narrativas encontradas em exemplares de outros gêneros.

Esta proposta considera que a dimensão esquemática do discurso organiza as produções discursivas, mas não as determina. Assim, a compreensão dos processos envolvidos na elaboração de uma sequência discursiva pertencente a um tipo de discurso de determinado gênero requer não só o conhecimento do plano esquemático da organização do discurso, plano definido neste item e no anterior, mas ainda de sua dimensão ou plano emergente. Como veremos na continuação do artigo, a complexidade da elaboração de uma sequência discursiva reside exatamente no confronto dessas duas ordens de fatores.

4. A dimensão emergente do discurso: contexto e sequências discursivas

Em situações específicas, os agentes não se limitam a agir conforme as expectativas associadas a um gênero, mobilizando os conhecimentos esquemáticos que o constituem (FILLIETTAZ 2000, 2003, 2006, no prelo). Ao contrário, os agentes são confrontados com circunstâncias locais e devem resolver as resistências e as dificuldades que essas circunstâncias

impõem. Dessa forma, a realização de toda ação (linguageira ou não languageira) resulta de um *processo de acomodação* das representações genéricas às restrições que emergem, de maneira dinâmica, em uma situação particular (FILLIETTAZ, no prelo). Em outras palavras, as propriedades do contexto restringem as nossas ações e nos fazem optar por agir ou do modo como agimos em situações similares ou, ao contrário, de modo diferente, quebrando expectativas com fins específicos, o que relativiza o papel da dimensão esquemática do discurso (os gêneros e os tipos de discurso) no desenvolvimento de nossas condutas.

Nessa perspectiva, Filliettaz (2006, p. 76) concebe o contexto como uma categoria que “remete mais globalmente à situação de ação na qual os interactantes se encontram engajados, no momento em que recorrem à mediação do discurso”. Ao conceber o contexto como situação de ação, Filliettaz estabelece uma distinção entre essa noção e a noção de gênero. Como vimos nos itens anteriores, os gêneros são representações tipificantes e sócio-historicamente elaboradas acerca das atividades sociais. Segundo o autor (p. 76), “Por contraste [à noção de gênero], os termos *ação* e *situação de ação* extraem condutas finalizadas assumidas por agentes particulares em circunstâncias efetivas e necessariamente singulares”.

Entretanto, é importante considerar que, embora as noções de gênero e de contexto sejam distintas, elas não são opostas ou estanques uma em relação à outra. Com efeito, “as situações de ação remetem às atividades sociais, a propósito das quais os interactantes mobilizam saberes e conhecimentos já constituídos” (FILLIETTAZ, 2006, p. 77). Baseando-se, sobretudo, em Goffman (2012[1986]), Filliettaz (2000) defende que, se as tipificações genéricas têm papel de destaque na regulação das ações situadas, as situações particulares vão exercer grande influência na confirmação ou na transformação dessas mesmas tipificações. Conforme o autor, “os recursos tipificantes do agir são sempre submetidos a uma avaliação contextualizada” (FILLIETTAZ, 2000, p. 47).

Nesse sentido, a produção dos discursos implica a ativação ou a definição das representações genéricas pelo agente em função dos parâmetros do contexto e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de processos constantes de acomodação dessas representações a esses parâmetros. Assim, a definição do gênero não implica a conformação cega das ações às representações genéricas, podendo essa definição ser acompanhada da acomodação (adaptação, subversão, modificação) dessas representações ao contexto.

Definindo os parâmetros do contexto, Filliettaz (2006, p. 77) observa que eles

permitem responder à questão “O que se passa aqui?”: quais são os *enjeux* que presidem a produção do discurso? Quais são os *papéis* ou as *identidades* situadas que assumem os indivíduos implicados na produção e na interpretação do discurso? Em que consistem suas contribuições respectivas esperadas e efetivas?

Em diferentes abordagens interacionistas (VION, 1992; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, 2006), reconhece-se que, do conjunto desses parâmetros contextuais, exercem papel crucial as identidades situadas ou as imagens identitárias que são negociadas pelos agentes ao longo do processo de produção e interpretação do discurso. Nessa negociação, os interactantes se valem de diferentes estratégias discursivas para preservar sua face (autoimagem), defender seu território (domínio privado), preservar ou agredir a face do outro, dominá-lo, colocando-se num lugar elevado, ou se deixar dominar. Portanto, a maneira como o contexto “filtra” as representações esquemáticas (gêneros e tipos) passa pela negociação de faces, territórios e lugares.

A noção de *face* é definida por Goffman (2011, p. 13-14) como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” e como “a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados”. Já a noção de *território* engloba as reservas de informações, ou seja, as informações às quais o indivíduo tenta controlar o acesso. Engloba ainda os domínios reservados da conversação, isto é, o direito que tem o indivíduo de controlar quem pode lhe endereçar a fala ou o direito que tem um grupo de pessoas de proteger-se da intromissão e da indiscrição de outros (GOFFMAN, 1973).

Por sua vez, as relações de lugares dizem respeito à relação vertical ou de dominância entre os interactantes, durante o desenvolvimento da interação. Na definição de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 69), “quer a chamemos de ‘poder’, ‘hierarquia’, ‘dominação’ ou ‘relação de lugares’, essa dimensão remete ao fato de que os parceiros em presença não são sempre iguais na interação”. Segundo a autora (p. 69), “um dentre eles pode se encontrar numa ‘alta’ posição de ‘dominante’, enquanto o outro está localizado numa ‘baixa’ posição de ‘dominado’”.

A definição de contexto como situação de ação particular pressupõe que, ao agirmos, levamos em conta esses parâmetros. Pressupõe também que o agente, ao atualizar as expectativas genéricas em uma situação de ação, toma esses mesmos parâmetros como um “filtro” por onde passa essas expectativas, acomodando-as. Assim, a elaboração das sequências discursivas sofre o impacto das relações interpessoais que se negociam em contexto. Dessa

forma, a maneira como um agente atualiza um tipo de discurso em uma sequência discursiva particular se explica em função do papel que essa sequência exerce na negociação contextual de faces, territórios e lugares (CUNHA, 2013). Por exemplo, ao elaborar uma propaganda, um publicitário, em função de seus objetivos, da imagem que deseja construir para si por meio de seu discurso, da imagem que faz de seus leitores e do lugar que pretende ocupar em relação a eles, ou seja, em função dos parâmetros do contexto, tanto pode ser levado a produzir uma sequência descritiva muito próxima das expectativas ligadas ao tipo descritivo da propaganda, como pode ser levado a produzir uma sequência descritiva pouco conforme a essas expectativas.

Para tornar mais precisas essas observações, vamos estudar no próximo item a forma como um jornalista, ao elaborar uma sequência narrativa particular, atualiza as expectativas ligadas ao tipo narrativo da reportagem, descritas no item 2, passando-as por processos de acomodação, em função do contexto em que se insere.

5. A elaboração de uma sequência narrativa de reportagem: agindo entre restrições esquemáticas e emergentes

A sequência narrativa reproduzida a seguir constitui o parágrafo inicial da reportagem “A culpa não é só da Natureza”, que foi publicada na edição de 13/01/2010 da revista *Carta Capital* e cuja temática são desastres naturais ocorridos em diferentes cidades do país, na passagem de 2009 para 2010⁶.

| | |
|----|---|
| 01 | (Sumário) À medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro, ficou mais e mais |
| 02 | evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram |
| 03 | causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. Estas, não resta dúvida, têm |
| 04 | sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009, sob a influência do aquecimento |
| 05 | anormal das águas do pacífico. (Estágio Inicial) Em anos passados, o <i>El Niño</i> , como é conhecido |
| 06 | o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos |
| 07 | consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. |
| 08 | Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave. (Complicação) O |
| 09 | cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes |
| 10 | encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha |
| 11 | Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande |
| 12 | do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas |
| 13 | recai sobre a ação humana, como têm alertado alguns especialistas. Ou sobre a inação, conforme |
| 14 | o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. (Avaliação) Em matéria de uso do |
| 15 | solo, a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, |
| 16 | mantidas apenas no papel. |

⁶ A análise apresentada neste item constitui uma versão de parte do estudo realizado em Cunha (2013, cap. 7), onde um número maior de análises pode ser consultado.

Na análise, centramos a atenção na forma como o autor, ao elaborar essa sequência narrativa, passa as expectativas acerca da forma típica de narrar do gênero reportagem por um processo de acomodação contextual, em função da negociação de faces, territórios e lugares que estabelece com seus leitores.

Nas reportagens impressas, os jornalistas, de modo geral, ocupam um lugar alto ou dominante em relação aos leitores, por serem aqueles que têm a palavra, propõem os conteúdos e detêm um conhecimento que, a princípio, o leitor não detém, tendo em vista o acesso a fontes a que este não poderia ter acesso (SIMUNIC, 2004). Delineia-se, assim, uma relação de lugares em que o leitor ocupa uma posição inferior em relação ao jornalista.

Porque a verticalidade dessa relação de lugares pode tornar conflituosa a negociação das faces e territórios, o jornalista precisa se valer de diferentes estratégias discursivas que lhe permitam apresentar-se não como um profissional que detém um saber que seu interlocutor imediato não detém, mas como um prestador de serviço, um profissional que tem o dever de informar o cidadão, revelando a ele o que outros tentam esconder e é necessário para sua atuação como cidadão. Assim, a representação do gênero reportagem impõe ao jornalista uma restrição que é a de se apresentar como um profissional cuja visada central é informar o leitor, a fim de que este possa exercer sua cidadania.

Entretanto, o equilíbrio dos lugares ocupados por jornalista e cidadão não é dado de antemão. Ao contrário, a diminuição da verticalidade dos lugares é negociada no processo de elaboração da reportagem, por meio de estratégias discursivas. Essas estratégias são aquelas que o jornalista, em função do contexto em que se insere, utiliza para construir para si a imagem de profissional merecedor de credibilidade e, para o leitor, a imagem de cidadão interessado nas informações atuais referentes ao espaço público. Vejamos como essas tensões entre os planos esquemático e emergente do discurso se manifestam e se resolvem na sequência narrativa reproduzida anteriormente.

Nessa sequência, o jornalista busca defender que a culpa pelas catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010 não é só das chuvas, mas também das autoridades públicas. Por isso, essa sequência constitui o recurso escolhido pelo jornalista para denunciar os responsáveis por catástrofes naturais. A realização dessa denúncia implica que, na construção da sequência, o jornalista assuma o papel de um denunciante cuja posição é contrária a autoridades públicas e não simplesmente o de um informador neutro de desastres naturais. Em outros termos, nessa sequência, ele não se mostra preocupado apenas em informar, mas também

em realizar uma denúncia ou uma crítica, o que relativiza, em alguma medida, expectativas ligadas ao gênero reportagem, cuja finalidade central é informar.

O papel de denunciante assumido pelo jornalista na construção dessa sequência torna delicada a negociação da relação de faces, territórios e lugares na interação que estabelece com o cidadão. Afinal, para um jornalista, constitui ameaça para sua face apresentar-se como alguém que vai responsabilizar autoridades públicas por catástrofes naturais, na medida em que pode comprometer a imagem tipicamente associada aos jornalistas e por eles reivindicada de profissionais imparciais, que evitam defender um ponto de vista próprio e que apresentam diferentes pontos de vista de terceiros, para que o leitor tire suas próprias conclusões (HERNANDEZ, 2006). Ao mesmo tempo, esse papel de denunciante que o jornalista assume constitui um risco para a face do cidadão, que se vê como alguém a quem foi negado o direito tipicamente atribuído aos leitores de uma reportagem de conhecer os diferentes pontos de vista sobre a questão e de formar sua opinião por conta própria.

Por esse motivo, a assunção desse papel de denunciante na sequência narrativa que inicia a reportagem evidencia um jornalista que joga com as expectativas genéricas acerca do papel do autor e do leitor de uma reportagem. Esse comportamento pode contribuir para colocar o jornalista em um lugar alto, como o daquele que sabe mais que o leitor e que é capaz de formular um julgamento a ser acatado por este. Em contrapartida, o leitor pode se recusar a continuar participando da interação e abandonar a leitura, caso se sinta agredido por ser levado a ocupar lugar inferior ou caso considere que a postura crítica não é condizente com o status de jornalista, que terá sua credibilidade posta em questão.

Para tornar a negociação de faces e de lugares menos problemática, o jornalista se vale, então, de várias estratégias discursivas na construção dessa sequência narrativa. Com essas estratégias, ele busca diminuir os riscos às faces e aos territórios dos parceiros da interação, equilibrando a relação de lugares e elaborando uma sequência mais adaptada às expectativas do tipo narrativo da reportagem.

Nessa sequência, o jornalista não realiza a acusação contra autoridades públicas logo no sumário. Nesse episódio da sequência, ele indica, por meio do operador *parcialmente*, que uma acusação será feita nos episódios seguintes, antecipando que *as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas* (linhas 02-03). No sumário, ele ainda não indica quem deve dividir com a natureza a culpa pelas catástrofes.

No estágio inicial dessa sequência, o jornalista traz informações meteorológicas, por meio das quais reconhece que o papel das chuvas não deve ser desprezado:

(01) Em anos passados, o *El Niño*, como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave.

Com essas informações, o jornalista se mostra consciente de que, antes de fazer uma acusação, deve levar em conta os vários fatores que contribuíram para a ocorrência das catástrofes naturais, consciência que revela o impacto de restrições ligadas ao gênero reportagens.

É só na complicação que o jornalista faz a acusação contra autoridades públicas:

(02) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana, como têm alertado alguns especialistas. Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades.

Vale observar que a acusação de que a ação humana é, em parte, responsável pelas catástrofes é introduzida pelo verbo *sugerem*: *sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana*. O emprego desse verbo constitui uma estratégia discursiva importante, porque ameniza potenciais riscos à face do jornalista, ao atenuar a acusação e ao contribuir para a construção da imagem de um profissional que não acusa apressadamente e que leva em conta os fatos. Além disso, essa acusação é atribuída a especialistas, num segmento de discurso indireto (*como têm alertado alguns especialistas*). Ao atribuir essa informação a especialistas, o jornalista, buscando construir uma sequência que atenda a restrições genéricas, reforça sua imagem de profissional merecedor de credibilidade, que traz informações de fontes que possam ser consideradas confiáveis pelo leitor/cidadão.

Na complicação, é importante ainda a forma como o jornalista recategoriza *as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas*, informação ativada

inicialmente no sumário (linha 02). Na complicação, essa informação é recategorizada como *as catástrofes*, expressão nominal que revela o ponto de vista do jornalista:

(03)uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes [as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas] ocorridas recai sobre a ação humana.

Ao recategorizar um objeto de discurso introduzido anteriormente por meio da expressão nominal *as catástrofes*, que possui uma carga semântica fortemente emotiva, o jornalista explicita a gravidade da situação vivida pelos moradores das regiões afetadas. Embora essa estratégia, em alguma medida, contrarie as exigências de objetividade ou neutralidade do gênero, ela contribui para valorizar a face do jornalista junto ao leitor, reforçando a imagem de um profissional que se interessa pelo bem-estar da população.

É somente após o uso dessas várias estratégias que o jornalista se sente seguro para afirmar ao final da sequência, na avaliação:

(04)Em matéria de uso do solo, a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, mantidas apenas no papel.

Adotando a estratégia de deixar para fazer uma crítica contundente apenas na parte final da sequência, o jornalista consegue neutralizar a ameaça potencial que constituiria para sua face denunciar e criticar aqueles que considera responsáveis pelas catástrofes logo no sumário ou na complicação, que é a parte central da sequência narrativa.

Essa estratégia revela a complexidade da elaboração de uma sequência discursiva, elaboração que ocorre sob o impacto tanto da dimensão esquemática do discurso quanto de sua dimensão emergente. De um lado, o jornalista, atendendo a restrições genéricas, evita ao máximo apresentar-se como alguém cujo objetivo é fazer uma crítica às autoridades públicas, explicitando abertamente sua opinião. De outro, o jornalista, porque trata de desastres ocorridos com outros cidadãos, quer se apresentar ao leitor da sequência em análise como um profissional capaz de se indignar contra os responsáveis por esses desastres. Agindo sob essas duas ordens de restrições, o jornalista não deixa de fazer a denúncia, mas a faz não na parte central da sequência (a complicação) e sim na avaliação, que não constitui um episódio central do tipo narrativo da reportagem (CUNHA, 2013)

Ao definirmos a noção de contexto no item anterior, defendemos, com base em Fillietaz (2003, 2006), que as representações do plano esquemático do discurso, os gêneros e os tipos, não constituem modelos ou normas que os agentes estão condenados a seguir no curso de suas ações. Como buscamos mostrar com a análise de uma sequência narrativa extraída de uma reportagem, os parâmetros contextuais têm papel relevante na “filtragem” das expectativas ligadas a um gênero. Assim, em função do contexto, o produtor do discurso submete essas esquematizações a um processo dinâmico de acomodação por meio do qual avalia o que é ou não é pertinente para a construção de suas sequências discursivas.

6. Considerações finais

No trabalho, que retoma, em grandes traços, o estudo desenvolvido em Cunha (2013), procuramos apresentar apontamentos para uma abordagem que integre num mesmo arcabouço as noções de gêneros do discurso, tipos de discurso, contexto e sequências discursivas. Adotando uma perspectiva sócio interacionista dos estudos da linguagem e buscando contribuições do Modelo de Análise Modular do Discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; FILLIETTAZ, 2000, 2003, 2006), defendemos que a elaboração de uma produção discursiva se faz sob o impacto simultâneo de duas ordens de restrições. De um lado, agimos com base em representações esquemáticas. As noções de gêneros do discurso e de tipos de discurso dão conta de parte dessas representações. De outro lado, agimos confrontando essas representações com os parâmetros que definem o contexto em que estamos efetivamente inseridos. Assim, o contexto em que a interação ocorre atua como uma espécie de “filtro” que nos permite avaliar a adequação das expectativas de ordem genérica para esse contexto.

Tomando como base empírica de nossa exposição o tipo narrativo do gênero reportagem e a forma como esse tipo se manifesta em uma sequência narrativa específica, buscamos mostrar, assim, que, ao longo de uma interação, as dimensões esquemática e emergente do discurso são constante e dinamicamente confrontadas pelos interactantes, os quais, em função do contexto, escolhem ou são levados a escolher a forma que consideram a mais adequada de atualizar as expectativas da dimensão esquemática na produção de uma sequência discursiva particular.

Referências bibliográficas

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BURGER, M. Identités de status, identités de role. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 21, p. 35-59, 1999.

BURGER, M. La gestion des activités: pratiques sociales, roles interactionnels et actes de discours. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 26, p. 177-196, 2004.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.) **Gêneros**: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2004, p. 13-41.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, G. X. **A construção da narrativa em reportagens**. 2013. 601 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CUNHA, G. X. Para uma abordagem sócio-histórica da relação entre as noções de gênero do discurso e de tipo do discurso. **Gragoatá**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 29-51, 2015.

FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: Le cas des récits oraux. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 21, p. 261-327, 1999.

FILLIETTAZ, L. **Actions, activités et discours**. 2000. 403 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.

FILLIETTAZ, L. Textualisation et cadrage des activités: une analyse praxéologique des interactions de service. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003, 179-213.

FILLIETTAZ, L. La place du contexte dans une approche praxéologique Du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. **Pratiques**, Metz, n.129, p.71-88, 2006.

FILLIETTAZ, L. Des loups, des élèves et des arguments. Une enseignante de français prise au piège de la fable. In: C. RONVEAUX (org.) **Lire la fable, du texte littéraire à l'argumentation**: points de vue didactique, littéraire et praxéologique sur un objet récalcitrant. (no prelo). Disponível em: < <http://www.unige.ch/fapse/interaction-formation/publications/filliettaz.html>>. Acesso: 10/04/2016.

GOFFMAN, E. **La mise em scène de la vie quotidienne**: les relations em public. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1973.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012[1986].

GROSSE, E. U. Evolution et typologie des genres journalistiques: essai d'une vue d'ensemble. **Semen**, n. 13, p. 01-20, 2001.

HERNANDES, N. **A mídia e seus truques**: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. v. 1. Paris: Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Língua, linguística e literatura**, João Pessoa, n. 1, p. 09-40, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. **Revista da Anpoll**, São Paulo, v.16, p. 75-100, 2004. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i16.551>

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PESSOA, M. B. O gênero notícia no Brasil: notas para uma história. In: RAMOS, J. M.; ALKMIM, M. A. (orgs.) **Para a história do português brasileiro**: estudos sobre mudança linguística e história social. v. 5. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, p. 545-578.

ROULET, E. **La description de l'organisation du discours**. *Du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

SIMUNIC, Z. **Une approche modulaire des stratégies discursives du journalisme politique**. 350 f. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2004.

Van DIJK, T. Estruturas da notícia na imprensa. In: Van DIJK, T. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992, p. 122-156.

VION, R. **La communication verbale**: analyse des interactions. Paris: Hachette, 1992.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Artigo recebido em: 08.01.2017

Artigo aprovado em: 27.03.2017